

*Discurso na solenidade de lançamento
da Campanha de Combate ao Turismo
Sexual Infantil*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE FEVEREIRO DE 1997

Dona Ruth Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade Solidária; Senhor Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dr. Francisco Dornelles; Senhores Governadores Cristovam Buarque, do Distrito Federal, Tasso Gereissati, do Ceará, e Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte; Senhor Presidente da Embratur, Caio de Carvalho; Senhor Geraldo Vieira Filho, Diretor Executivo da Andes; Senhora Representante do Unicef no Brasil; Senhores Empresários e Presidentes de Associações de Classe; Senhores Ministros; Senhoras e Senhores,

O Ministro Dornelles já descreveu, de modo abrangente, as preocupações do Governo sobre turismo em geral, o que está sendo feito, o que se espera fazer e as modificações que estão ocorrendo no Brasil, em função, basicamente, de um novo momento da nossa história, a partir não só da estabilização da moeda, mas da recuperação da capacidade de o Estado definir e implementar políticas públicas.

Hoje, o ato que nos une aqui tem como ponto central, como foi dito por todos os que me precederam, a discussão e a implementação de programas sobre um tema que tem chamado, crescentemente, a atenção

da sociedade e, naturalmente, do Governo, e que diz respeito ao turismo sexual, abrangendo crianças e adolescentes. Não se trata só de crianças, mas se trata de uma atividade que engloba a área infanto-juvenil.

Essa preocupação não está sendo assumida pelo Governo nem sozinho e nem isoladamente. Sozinho seria impossível. Sem que a própria sociedade tomasse consciência, através das organizações não-governamentais, através de um conjunto de associações de classe e através da mídia, que reflete tudo isso, dificilmente nós poderíamos dar os passos que estamos dando.

Eu disse que não é apenas sozinho que o Governo está atuando. Seria tarefa hercúlea e impossível de ser levada adiante pelo Ministério da Indústria e do Comércio e pela Embratur, não fosse esse conjunto de forças orientadas com o mesmo propósito. Mas disse, também, que não se trata de ação isolada.

A nossa preocupação com a questão das crianças e com a questão dos jovens vem sendo demonstrada através de atos muito concretos. Nós, aqui, já nos reunimos em mais de uma ocasião. Ainda recentemente eu estive no Engenho Massangana, em Pernambuco, para cuidar de uma outra questão, que também nos preocupa, que é o trabalho infantil em condições inaceitáveis, que se aproximam às de exploração de tipo escrava.

Nós temos programas já em marcha nas carvoarias de Mato Grosso, de Minas Gerais e de outras regiões. E a idéia, que hoje já se executa, é a de retirar essas crianças das condições indignas de trabalho em que se encontram e oferecer-lhes uma bolsa de estudo, porque as crianças estão trabalhando pela razão que já foi mencionada, há pouco, pelo Senhor Geraldo Vieira Filho: porque há miséria, porque há pobreza.

Não se trata, pura e simplesmente, de uma situação de discriminação ou de abandono por parte da família. As próprias famílias, muitas vezes, estão vivendo uma situação de abandono. E nós não podemos, pura e simplesmente, retirar a criança do trabalho e não compensar a família pela falta do recurso que provém dessa exploração do trabalho infantil.

A solução é criar bolsas. No Nordeste, naquela última região em que estive, na semana passada ou retrasada, nós estamos iniciando um pro-

grama com 1.700 bolsas, mas são 11 mil crianças, só naquela região. E nós vamos atingir as 11 mil, para retirá-las do trabalho pesado dos canaviais.

Depois, chegará a vez do sisal. E o Governador do Rio Grande do Norte sabe que, também, nas salinas do Rio Grande do Norte e de outras regiões, há trabalho infantil em condições inaceitáveis.

Convém esclarecer, para que nós não percamos de vista a proporção dos problemas e a capacidade de que, efetivamente, a sociedade já dispõe para enfrentá-los, que não se trata de 500 mil crianças trabalhando. Esse universo de 500 mil encobre, muitas vezes, também situações regulares de trabalho e até saudáveis. Não são as 500 mil que têm que ser objeto de uma ação focalizada. Por sorte, para nós, são menos.

E nós não podemos aumentar o número, porque não ajuda mais ao Brasil, no momento em que estamos e em que reconhecemos, como já foi dito, as nossas mazelas, aumentá-las sem correspondência com a realidade, assim como, no passado, os governos, muitas vezes, queriam, através da propaganda, esconder a realidade. Há também quem, hoje, a magnifique, além do razoável, para chamar a atenção.

Quando a sociedade está inerte e o governo é insensível, admite-se essa atitude. Quando não é esse o caso, essa atitude é prejudicial, porque dá à sociedade a sensação de que o problema é maior do que o que ela pode enfrentar. E, no nosso caso, não é assim.

Nós podemos enfrentar o problema, e estamos enfrentando. Convém, portanto, trazê-lo às suas proporções realistas. Convém mais trazer às proporções realistas e atuar sobre elas do que fazer um escândalo, com repercussão internacional, mas sem nenhum proveito prático para a modificação das condições. Mudamos a etapa do Brasil.

Então, eu acho que nós, hoje, estamos atuando de uma maneira mais conseqüente. Esse “nós” não é só o Governo, não, mas as organizações não-governamentais também, a sociedade também, porque começa a ser construído um clima de confiança recíproca. E isso é fundamental para que nós possamos enfrentar esses problemas.

Essas atitudes têm que ter prosseguimento. No momento, na questão relativa à violência sexual infanto-juvenil, ela se segue a uma cam-

panha que já houve, também contra a violência sexual, em geral, de que os artistas participaram, assim como nós temos feito campanhas específicas sobre temas sociais, como a discriminação de negros. Enfim, estamos revolvendo até quase mesmo o subconsciente nacional, para que ele tome consciência de problemas que existem, com os quais nós, hoje, não podemos mais nos dar ao luxo de conviver pacificamente.

No que diz respeito a esta campanha que se inicia, convém também ressaltar – e, por isso, o Ministro Dornelles pintou o quadro geral do turismo – que, ao mesmo tempo em que estamos criticando, duramente, uma perversão do turismo, estamos criando alternativas de turismo. E isso é fundamental.

É fundamental porque o turismo é, hoje, uma atividade essencial – repito e friso o que digo: essencial – para o bem-estar de enormes parcelas da população brasileira, porque o turismo dá emprego, o turismo requer saneamento básico, o turismo requer segurança e, portanto, uma atitude da polícia correspondente ao mundo civilizado. O turismo é, portanto, um instrumento, hoje, integrador no Brasil.

O turismo, para seguir adiante, como está sendo feito pela Embratur, sob o comando do Ministro Dornelles e do Caíto, dessa maneira inovadora, tem que ser um turismo que incorpore as dimensões contemporâneas da convivência social. É o ecoturismo, é o turismo histórico, é o turismo cultural. E só pode existir isso se nós, ao mesmo tempo, tivermos uma mudança – como estamos tendo no Brasil – de mentalidade em todas essas áreas.

O Ministro da Cultura está ausente hoje, aqui, mas, recentemente, estivemos conversando em Petrópolis e discutindo que o Governo está fazendo, que precisa fazer muito mais ainda e que a sociedade está ajudando a fazer, que é a reconstrução de sítios históricos. É a reincorporação ao patrimônio vivo da Nação de marcos culturais brasileiros.

Poucos países têm a diversidade do Brasil, em termos culturais, e presença histórica tão forte. Estamos revalorizando, por exemplo, o mercado Ver o Peso, em Belém; estamos revalorizando – e a obra é de continuação – o centro antigo de São Luís; estamos fazendo, no Rio de Janeiro, um esforço muito grande em várias áreas, como, por exemplo,

o Palácio da Quinta da Boa Vista, o Palácio Imperial, que tem uma coleção arqueológica e etnológica importante, e que estava com o teto desabando. Enfim, isso para dar alguns exemplos de coisas óbvias, sem falar num sem-número de igrejas, como, aqui perto mesmo, em Pirenópolis, estamos recompondo a matriz de Pirenópolis. São muitas as igrejas que estamos recompondo, como uma muito importante, lá em Belém, que foi dos jesuítas. E tudo isso para reviver a memória histórica e cultural do nosso país.

E só vai haver turismo com essas novas dimensões, se nós tivermos não apenas monumentos, mas vida dentro desses monumentos. Portanto, vamos dar continuidade às atividades culturais e a um sem-número de convênios, de reuniões de todo tipo, de teatro, de filme, do que seja, porque isso é que vai atrair uma nova qualidade de turismo, um turismo que não seja só o lazer e, muito menos, que seja a perversão do lazer, mas que seja um turismo que adicione àqueles que estão desfrutando dele uma dimensão de cultura, uma dimensão de aprendizagem e de abertura de novos horizontes.

No que diz respeito, especificamente, ao Pantanal e à Amazônia, que são preciosidades internacionais, temos que ter uma atitude muito conseqüente, tanto com respeito ao meio ambiente – e não é fácil; é bastante difícil – como com respeito a como utilizar, do ponto de vista do turismo, essas regiões.

O ecoturismo vai ser um elemento de atração muito grande para o Brasil. Mas, para que ele não seja, também, um elemento de destruição, é preciso, primeiro, dar consciência às populações que vivem nessas regiões da importância dessas regiões. Não é dar consciência. É fazer com que essa consciência, que já existe, mas que está, às vezes, adormecida, frutifique, apareça na sua pluralidade e complexidade, para que também o turista respeite o meio ambiente.

Ainda recentemente eu estive numa das zonas mais interessantes do Brasil, desse ponto de vista, que é a ilha de Fernando de Noronha. E ali se vê, com muita clareza, que o turismo tem que ser feito com muito cuidado, para não romper o equilíbrio ecológico e para não destruir aquilo que é, realmente, uma maravilha das nossas costas, que é a ilha

de Fernando de Noronha, o qual, se não for feito com muita preocupação de equilíbrio, se for, simplesmente, feito em função de um lucro rápido, o que vai acontecer é o esgotamento dessa riqueza, também, com maior rapidez.

Portanto, trata-se de uma mudança de mentalidade. E se me referi – como me referi – a esses temas, ao dar início a esta campanha sobre abuso sexual infanto-juvenil, é porque, no fundo, esses temas são interligados. Aí, viceja um turismo perverso, dessa natureza, como o turismo sexual, porque não existe a compensação, o equilíbrio, em termos de uma visão mais ampla, não do turista, nem das agências de turismo, mas da própria sociedade, em termos da necessidade de nós ultrapassarmos o primitivismo nas nossas relações humanas e nas nossas relações sociais.

E a criança é bem símbolo disso. País que não cuida da criança, país que não cuida da juventude, é país que demonstra a sua insensibilidade. Nada fará de significativo, em outros campos, se deixar exatamente esse campo, que é o futuro, aberto a todas as formas de perversão.

Cumprimento, portanto, a todos que aqui se juntaram, ao Ministro da Indústria e do Comércio, ao Presidente da Embratur, aos Governadores que aqui estão, aos Ministros e, sobretudo, aos que se juntaram, nesta rede, para que nós possamos dar um passo a mais, em termos da consolidação, na verdade, da vida democrática, num país que começa a prezar, desde cedo, os seus valores – desde cedo, me refiro à criança –, mas que sabe que essa preservação só tem efeito efetivo, se ela não for um ato isolado. Tem que ser uma continuidade.

E o Governo estará sempre disposto a dar o empurrão necessário, para que essas redes se multipliquem e para que esses diversos aspectos, que ainda preocupam a nossa consciência, em termos de iniquidade social, possam ser sanados.

Muito obrigado aos senhores.